

INTERSINDICAL

INSTRUMENTO DE LUTA E ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

www.intersindical.org.br - Boletim informativo da Intersindical aos trabalhadores dos Correios

novembro/2014

Por que a ECT demora tanto para pagar a PLR?

Os trabalhadores dos Correios, organizados pela FENTECT, já aprovaram por duas vezes a proposta de PLR discutida em mesas de negociação com a empresa e o TST. A proposta foi aceita não por atender as nossas reivindicações, mas pela avaliação de que não conseguiremos mais avançar para que se aproxime do que queremos.

Apesar disso, a direção dos Correios ainda não nos pagou a PLR 2013, o que já deveria ter sido feito em maio. O montante disponibilizado pela ECT para a PLR não será reajustado com os juros e correções do mês devido até a data de pagamento. Mas certamente a empresa fez aplicações com este dinheiro e está lucrando com o dinheiro do trabalhador.

Foi a própria empresa que solicitou a interferência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) na negociação sobre a PLR. Mas ao invés de acatar a proposta de 'mediação' apresentada pelo ministro e acabar logo com a novela, a ECT enrola e prolonga ainda mais o sofrimento do trabalhador, que deveria ter recebido esse dinheiro seis meses atrás. A direção dos Correios tem adiado ao máximo o pagamento da PLR 2013 para usar esse benefício como um instrumento de barganha e chantagem com a nossa categoria!

A verdade sobre o lucro da ECT em 2013

No início das negociações, a ECT propôs pagar uma PLR miserável de apenas R\$ 292, usando a desculpa de que o lucro diminuiu para R\$ 325,3 milhões em 2013. A direção dos Correios tenta esconder do trabalhador que o valor arrecadado – o faturamento – aumentou em 100 milhões de reais neste período, isto é, cresceu 5,8% no último ano. Se o lucro é menor, é porque a empresa tem usado a arrecadação gerada à custa do nosso trabalho para fazer maus investimentos em aplicações financeiras, patrocínios, publicidade e em outros gastos que em nada melhoram a vida do trabalhador.

Prova disso é que, enquanto se recusa a dar aumento real para a nossa categoria, a ECT gastou R\$15,5 milhões nos shows comemorativos aos 350 anos dos Correios e abriu um edital para investir R\$35 milhões em patrocínios, além do

gasto de 42 milhões na nova logomarca e o patrocínio de 300 milhões para as próximas olimpíadas.

Como essa desculpa não colou, a ECT e o governo federal foram obrigadas a liberar mais R\$ 38 milhões para o dobrar o valor que será pago na PLR 2013.



A interferência do TST

Desde o início das negociações deste ano, a direção dos Correios tem usado o Tribunal Superior do Trabalho - TST como aliado para forçar a categoria a aceitar acordos que favorecem a empresa. A ECT se utiliza de ameaças de retroceder ainda mais nas propostas caso os trabalhadores não aceitem suas migalhas.

O ministro do TST, na sua "parcialidade" (que conhecemos muito bem das nossas greves judicializadas e por sabermos que estão sempre ao lado do patrão), também quer que os critérios para nossa PLR 2014 seja definida ainda esse ano, sendo que não há nem um balanço financeiro de 2014. Eles querem que assinemos critérios MAIS DE UM ANO antes do pagamento do benefício de 2015. Isso seria como assinar um cheque em branco, com a quantia definida pelo patrão. Dessa forma, a justiça mostra, mais uma vez, de que lado está.

Estamos diante de mais uma grave interferência do TST no direito de livre organização dos trabalhadores. Devemos nos unir nacionalmente para que a PLR do ano que vem atenda nossas reivindicações e que seja negociada diretamente entre os trabalhadores e os Correios, fora do TST!

Por trás do benefício, uma forma de aumentar a exploração

A Participação nos Lucros e Resultados (PLR) virou lei no Brasil em 2001, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, por meio de uma proposta de Antonio Carlos Magalhães. Estes senhores, que dos trabalhadores querem apenas o suor e exploração, não criaram esta lei em benefício de nossa classe.

Apesar da PLR parecer ser um bônus extra no salário, esse benefício na verdade é criado com o objetivo de intensificar a exploração do trabalhador, forçando a atingir metas propostas pela empresa, pagando mais para os funcionários com cargos melhor remunerados e estimulando a concorrência entre os trabalhadores. É por isso que na maior parte das empresas o pagamento desse benefício depende de metas, resultados de avaliações e número de faltas. Além disso, este pagamento não incide nos demais direitos trabalhistas, como férias, décimo terceiro, FGTS, etc.

Para além da disparidade no pagamento, a PLR funciona, também, como uma espécie de “salário flexível”. Ou seja: quando a empresa está num momento lucrativo, aumentam um pouco as migalhas oferecidas para os trabalhadores (enquanto seu lucro exorbitante não sofre quase nenhuma alteração), e quando está com lucros reduzido, reduz o pagamento da PLR. Esta foi a alternativa encontrada pelos patrões para burlar a conquista histórica dos trabalhadores de não poder haver redução salarial. Já que não

conseguem reduzir o salário, eles reduzem a PLR.

Dentro dos Correios essa lógica funciona de maneira ainda mais perversa, já que a direção da ECT se recusa a conceder reajustes salariais acima da inflação, o que corrói nosso poder de compra. Essa política de arrocho salarial faz com que a PLR deixe de servir como um extra e passe a ser um dinheiro necessário para garantir a nossa sobrevivência – mas que não podemos contar por causa da variação de valor que sofre e as tentativas da empresa em não nos pagar.

Por causa disso, nossa luta principal é por aumento real de salário, e devemos brigar para que a PLR seja linear (igual para todos os trabalhadores independente do salário que receba) e não atrelada à produtividade.



Os trabalhadores são os protagonistas das suas lutas e conquistas

Todos os anos somos desrespeitados com migalhas de PLR. Esta situação só irá mudar quando os trabalhadores construírem uma grande mobilização com uma forte greve nacional.

É possível que haja algumas mobilizações para pressionar a empresa a pagar o que nos é devido, mas precisamos ficar atentos, também, aos setores oportunistas que usam deste momento para construir uma mobilização de fachada. Agora fingem ser de luta, quando afundaram a campanha salarial aceitando – sem nenhuma mobilização – a proposta rebaixada da empresa para o acordo coletivo deste ano, como é o caso dos sindicatos de SP, RJ e DF, que passaram por cima da categoria para acatar à decisão da ECT. Agora, supostamente convocam uma greve sem nem ao menos organizá-la num fórum da FENECT.

Nós, da INTERSINDICAL, entendemos que para alcançar nossos objetivos é necessária uma forte união da categoria para construir uma grande mobilização nacional. A pressão que fizemos na em-

presa durante nossas mobilizações deste ano já fez a ECT recuar e apresentar uma proposta que melhorou em algumas pequenas questões frente ao ano passado, mas ainda muito longe do ideal. Vamos intensificar o debate na categoria. São os trabalhadores que podem definir os rumos desta história!

